

ASSASSINATO DE MULHERES E DIREITOS HUMANOS

Tania Regina Zimmermann¹

BLAY, Eva Alterman. *Assassinato de mulheres e direitos humanos*. São Paulo: Editora 34, 2008. 248 p.

Autora de diversas obras sobre as relações de gênero, como *Igualdade de oportunidade para as mulheres* e *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*, publicados pela editora Humanitas, Eva Blay é socióloga e professora aposentada do departamento de Sociologia da FFLCH e da Faculdade de Direito da USP. Atualmente, ela é coordenadora do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE) e professora de programas de pós-graduação em Sociologia e Direito na USP.

Nesta obra, Blay apresenta o resultado de uma pesquisa que abrange uma década de assassinatos contra mulheres. Neste estudo, a autora pesquisou 669 boletins de ocorrência (BOs) registrados nas Delegacias de Polícia em 1998, casos de jornais e revistas (O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e Diário Popular, Veja, Isto É), programas de rádio, internet e televisão, amostra quantitativa de processos criminais de 5 Fóruns do Júri do ano de 1997, entrevistas com juízes, promotores públicos e advogadas/os, além de indicadores socioculturais específicos de mulheres e homens em situação de violência. A partir destas fontes, Eva Blay apurou que, de cada dez mulheres assassinadas na capital São Paulo, sete foram mortas por pessoas conhecidas, como parceiros afetivos, ex-companheiros, noivos e namorados. Os dados dos boletins de ocorrência resultaram na análise de 669 BOs, nos quais foram registrados 285 homicídios e 384 tentativas de homicídio contra mulheres. Para a autora, o que moveu a maioria destes atos de violência foi o ódio e a vingança de homens que, no limite da dominação masculina, mataram as mulheres.

Os propósitos da pesquisadora, nesta obra, foram transpor a maioria das pesquisas centradas nos estudos e na estreiteza do conceito de violência doméstica, observando que a maioria dos casos de assassinato de mulheres ocorreu com homens de seu convívio social e afetivo; estender seu estudo a todas as faixas etárias de mulheres e a todas as classes sociais; e estabelecer o compromisso da pesquisa para com políticas públicas transversais de gênero no Brasil.

O livro está dividido em seis capítulos. No primeiro, *O silêncio dos dados*, a autora apresenta as fontes sobre as quais é possível dar visibilidade à violência

¹ Professora da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul e doutoranda em História pela UFSC.

contra as mulheres apesar da dispersão e da diversidade dessas fontes. Blay enfrentou a falta de sistematização dos dados, bem como a confiabilidade das fontes, entretanto, essa complexidade tornou-se um desafio vencido, visto que, juntamente com a escritura desta obra, Eva Blay organizou os dados que estão disponibilizados no NEGUEM.

Embora nas últimas décadas tenha havido certa ênfase nos estudos, em várias áreas do conhecimento, sobre o assassinato de mulheres, a autora tipificou e analisou diferentes situações de violência e suas representações na capital de São Paulo. Com isto, Blay clamou pelo direito das mulheres aos direitos humanos, para que estes se tornem pauta, principalmente, quando se trata de instituições policiais e jurídicas. Instituições estas que, nos últimos anos, tenderam a um abrandamento nas punições aos agressores, seja pela demora ou seja sobretudo, pelo olhar sexista dos operadores de direito que ainda se pautam no dualismo vítima x agressor. Em muitos casos discutidos por Blay, o desprezo pela dimensão relacional entre o agressor e a vítima impede a percepção de que os assassinatos de mulheres não são simples homicídios. Esta perspectiva vitimista não permite saídas mais positivas para as mulheres, apesar de, ao longo das últimas décadas, haver avanços nos Direitos Humanos.

O segundo capítulo, *Rádio, Televisão, Internet e o Ensino de Direito*, é iniciado com a análise da letra da música *Cabocla Teresa*. Desta maneira, revela-se, por meio de um cancionista popular, que discursos desqualificadores e que denigrem as mulheres através da violência simbólica que justifica a violência física, a posse e o controle sobre os corpos de mulheres são discursos assimilados há tempos. Esta linguagem de dominação também está presente na mídia impressa, falada e nos operadores do direito, inclusive nos casos de destaque da grande imprensa brasileira, como o assassinato de Ângela Diniz e de outras mulheres.

Além da dominação masculina, a autora apresenta também processos de resistência e de luta, como o movimento feminista no Brasil e a campanha *Quem Ama não Mata*, ocorrida na década de 1970. Todavia, uma questão fundamental permanece ao longo desta obra: como entender a contradição entre a mudança de valores advinda dos movimentos culturais e sociais, principalmente do movimento feminista pela exigência de maior punição dos agressores e o frequente assassinato de mulheres?

Os Jornais na Passagem para o século XXI é o terceiro capítulo da obra, no qual Blay analisa e reforça a ideia de que a mídia reproduz uma suposta natureza para os sexos masculinos e femininos, e, nesta linha, a pesquisadora afirma que isso, por sua vez, justifica as diferenças nas relações de gênero e, na pior das hipóteses, contribui para os assassinatos de mulheres e para as desigualdades

jurídicas, como o uso camuflado da legítima defesa da honra em favor dos assassinos. Esta defesa da honra expressa o ódio à mulher pela perda do poder de controle sobre seu corpo e sentimentos a partir das expectativas sociais de masculinidade que definiram a feminilidade como atrelada a papéis, normas e desempenhos específicos, entre os quais se destacam docilidade, obediência e maternidade. A não aceitação desta ordem normativa masculina pelo público feminino tem resultado no assassinato de muitas mulheres, não só em São Paulo, como em todo o país.

No capítulo quarto, *A Polícia e o Assassinato de Mulheres*, Blay observa que à polícia, enquanto instituição repressora, cabe a elucidação rápida do crime, de modo que é produzida a vitimização feminina. Esta vitimização impede o desvendamento de mecanismos de dominação e de resistência em uma perspectiva relacional, ou seja, impossibilita que se compreenda que há um jogo de gênero que atravessa comportamentos, imagens, discursos e representações que conformam as relações sociais estabelecidas de hierarquias entre homens e mulheres. Neste jogo, envolvem-se identificações, estratégias e práticas discursivas e corporais, cuja compreensão dá sentido a fenômenos, como o assassinato de mulheres, e a qual poderia colaborar na elaboração de políticas públicas pelo fim da onda de violência contra as mulheres.

Réus e Vítimas na Justiça é o quinto capítulo da obra e nele é discutida a punição dos culpados, para tanto são considerados dados estatísticos dos réus e das vítimas, assim como suas situações socioeconômicas. Numa perspectiva relacional de gênero, a pesquisadora apresenta dados sobre as relações interpessoais dos personagens participantes da situação de violência. Este capítulo e o sexto, *A Justiça e o Tribunal do Júri*, remetem a uma discussão urgente nas ciências sociais, uma vez que o assassinato de mulheres confronta-se com os Direitos Humanos ao não reconhecer a mulher como sujeito de direitos inerentes à dignidade da pessoa humana, ou seja, o direito à vida, à liberdade e à segurança, conforme a Declaração dos Direitos Humanos da ONU, estabelecida em 1948, cujo enunciado deveria ser remetido a todos os povos.

No conjunto da obra, a autora possibilita visibilidade ao movimento da história no qual personagens de carne e osso deixam de existir a partir da violação do direito à vida, violação esta ocorrida em virtude de um profundo enraizamento simbólico que avalia a violência como um dos domínios da masculinidade. Deste modo, a possibilidade de violar outros corpos está associada à cultura da virilidade como um código masculino inquebrável, produzido a partir da infância e associado à identidade do ser homem. O engendramento dessa cultura nas relações sociais produz, constantemente, vítimas mulheres seja por ódio, vingança e/ou outros sentimentos que, por sua vez, também são históricos e merecedores de

discussões associadas à dominação masculina. Com esta obra, Blay atende a duas demandas urgentes: a dos direitos e a demanda pela compreensão dos motivos envolvidos nas relações conflituosas e propulsores dos assassinatos. Ao propor este estudo, a pesquisadora teve o mérito de analisar não só a violência contra as mulheres, como também a violência em geral e, a partir desta análise reflexiva, gerar possibilidades de construção de sentidos históricos e sociológicos inovadores para a compreensão do social e do enfrentamento pela sociedade civil e política.